

# Índice

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

## 2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	4
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	9
3.4 - Política destinação de resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos	12
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	16

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	17
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	21
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	24
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	25
4.5 - Processos sigilosos relevantes	26
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	27
4.7 - Outras contingências relevantes	28
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	29

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	30
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	31
5.3 - Descrição - Controles Internos	32
5.4 - Programa de Integridade	33

## Índice

5.5 - Alterações significativas	35
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	36
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	37
6.3 - Breve histórico	38
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	39
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	40
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	41
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	42
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	43
7.3 - Produção/comercialização/mercados	44
7.4 - Principais clientes	45
7.5 - Efeitos da regulação estatal	46
7.6 - Receitas relevantes no exterior	47
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	48
7.8 - Políticas socioambientais	49
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	50
<b>8. Negócios extraordinários</b>	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	51
8.2 - Alterações na condução de negócios	52
8.3 - Contratos relevantes	53
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	54
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	55
9.1.a - Ativos imobilizados	56
9.1.b - Ativos Intangíveis	57
9.1.c - Participação em sociedades	58
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	59
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	60
10.2 - Resultado operacional e financeiro	62

## Índice

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	63
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	64
10.5 - Políticas contábeis críticas	65
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	66
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	67
10.8 - Plano de Negócios	68
10.9 - Outros fatores com influência relevante	69
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	70
11.2 - Acompanhamento das projeções	71
<b>12. Assembléia e administração</b>	
12.1 - Estrutura administrativa	72
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	74
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	75
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	76
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	77
12.7/8 - Composição dos comitês	81
12.9 - Relações familiares	82
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	83
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	84
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	85
<b>13. Remuneração dos administradores</b>	
13.1 - Política/prática de remuneração	87
13.2 - Remuneração total por órgão	88
13.3 - Remuneração variável	92
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	93
13.5 - Remuneração baseada em ações	94
13.6 - Opções em aberto	95
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	96
13.8 - Precificação das ações/opções	97
13.9 - Participações detidas por órgão	98

## Índice

13.10 - Planos de previdência	99
13.11 - Remuneração máx, mín e média	100
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	101
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	102
13.14 - Remuneração - outras funções	103
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	104
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	105
<b>14. Recursos humanos</b>	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	106
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	107
14.3 - Política remuneração dos empregados	108
14.4 - Relações emissor / sindicatos	109
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	110
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 2 - Posição acionária	111
15.3 - Distribuição de capital	128
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	129
15.5 - Acordo de Acionistas	130
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	131
15.7 - Principais operações societárias	132
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	133
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	134
16.2 - Transações com partes relacionadas	135
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	136
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	137
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações - Capital social	138
17.2 - Aumentos do capital social	140
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	141
17.4 - Redução do capital social	142
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	143

## Índice

### 18. Valores mobiliários

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	144
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	145
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	146
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	147
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	148
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	149
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	150
18.8 - Títulos emitidos no exterior	151
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	152
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	153
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	154
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	155

### 19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra	156
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	157
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	158

### 20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação	159
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	160

### 21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	161
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	162
21.3 - Responsáveis pela política	163
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	164

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Jayme Nicolato Correa**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Thiago Semião Roldão**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

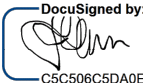
DocuSign Envelope ID: 365CE37E-DBAD-408F-B338-755BBFB24B64

### DECLARAÇÃO DIRETOR PRESIDENTE

**JAYME NICOLATO CORREA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº MG-1.675.225, expedida pela PC/MG, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia sob o nº 515.333.406.68, na qualidade de Diretor Presidente da Porto Sudeste V.M. S.A. ("Companhia"), vem, de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, declarar que:

- a. reviu o formulário de referência da Companhia ("Formulário de Referência");
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial os artigos 14 a 19; e
- c. o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

Itaguaí, 28 de Maio e 2021.

DocuSigned by:  
  
C5C506C5DA0E469...  
**JAYME NICOLATO CORREA**  
Cargo: Diretor Presidente

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores


DocuSign Envelope ID: 365CE37E-DBAD-408F-B338-755BBFB24B64

### DECLARAÇÃO DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

**THIAGO SEMIÃO ROLDÃO**, brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade do tipo RG nº MG-1074-327-0, expedido pela SSP/MG, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia sob o nº 042.632.326-23, na qualidade de Diretor de Relação com Investidores da Porto Sudeste V.M. S.A. ("Companhia"), vem, de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, declarar que:

- a. reviu o formulário de referência da Companhia ("Formulário de Referência");
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial os artigos 14 a 19; e
- c. o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

Itaguaí, 28 de Maio de 2021.

DocuSigned by:  
  
76360DC3C80C49F...  
**THIAGO SEMIÃO ROLDÃO**

**Cargo: Diretor de Relação com Investidores**



**2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	471-5
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
<b>CPF/CNPJ</b>	61.366.936/0002-06
<b>Período de prestação de serviço</b>	31/12/2013
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia correspondentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015, 2016 e 2017 e 2018 e revisão especial das informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015, 2016, 2017 e 2018.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração dos auditores independentes contratada pela Companhia pelos serviços de auditoria prestados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 44.969,32.
<b>Justificativa da substituição</b>	A substituição da Ernst & Young decorre de decisão do Conselho de Administração, considerando que os serviços de auditoria foram prestados pela mesma empresa durante o prazo de 05 anos. A Companhia entende que é necessária a substituição do auditor independente, decorrido o prazo mencionado, com o objetivo de manter a independência dos serviços de auditoria.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Wilson J. O. Moraes	31/12/2013	042.430.277-22	Condomínio Edifício PB 370, Praia de Botafogo, nº 370, 5º a 8º andares, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22250-040, Telefone (21) 32637000, e-mail: Wilson.moraes@br.ey.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	1144-4
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	RSM ACAL Auditores Independentes S/S (RSM Brasil)
<b>CPF/CNPJ</b>	07.377.136/0001-64
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/01/2019
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria das demonstrações financeiras anuais da Porto Sudeste V.M. S.A. relativas ao exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2019, 2020 e revisão dos informes trimestrais referentes aos exercícios de 2019 e de 2020.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração dos auditores independentes contratada pela Companhia pelos serviços de auditoria prestados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 28.500,00 e em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$38.037,31.
<b>Justificativa da substituição</b>	Não aplicável.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Cláudio Silva Foch	01/01/2019	963.719.607-25	Avenida Rio Branco, 123, 21 andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20040-005, Telefone (21) 21598803, e-mail: claudio.foch@rsmbrasil.com.br

## **2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores**

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

**(Reais Unidade)**

**Exercício social (31/12/2020)**

**Exercício social (31/12/2019)**

**Exercício social (31/12/2018)**

---

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

#### (a) Regras Sobre Retenção de Lucros

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de, 2018, 2019 e 2020 o Estatuto Social da Companhia previu que o Conselho de Administração apresentará à assembleia geral proposta sobre a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício social anterior, após as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e na ordem que segue: (i) 5% para a formação da reserva legal, que não deverá exceder 20% do capital social; (ii) montante destinado à formação de reservas propostas pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, se instalado, cuja constituição será aprovada em assembleia geral de acionistas; (iii) 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas; (iv) o lucro líquido remanescente, após as destinações, poderá ser total ou parcialmente retido para a execução de orçamento de capital da Companhia; e (v) o saldo remanescente do lucro líquido, caso existente, deverá ser distribuído como dividendo adicional. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social da Companhia.

##### a.1.1. Valores das Retenção de Lucros

Não foi registrado lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não houve retenção de lucro.

#### (b) Regras Sobre Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de pelo menos 25% do lucro líquido ajustado a título de dividendo mínimo obrigatório.

#### (c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos será anual, podendo a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesse balanço. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. A Companhia foi constituída em 16 de julho de 2013 e, até o momento, não houve distribuição de dividendos.

#### (d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Até 31 de dezembro de 2018, foi imposta a Companhia a restrição de distribuição de dividendos a seus acionistas enquanto houver royalties devidos e não pagos nos termos da escritura de emissão dos valores mobiliários com remuneração variável baseada em royalties de emissão da Companhia identificados como "Títulos PortFin". Para mais informações sobre os Títulos PortFin, vide item 18.5 e item 18.9 deste Formulário de Referência. Até 31 de dezembro de 2018, não foram impostas à Companhia quaisquer outras restrições relativas à distribuição de dividendos, seja por meio de imposição legal e/ou regulamentar, seja em função de contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais das quais a Companhia seja parte.

Até 31 de dezembro de 2019 foi imposta a Companhia a restrição de distribuição de dividendos a seus acionistas enquanto houver royalties devidos e não pagos nos termos da escritura de emissão dos valores mobiliários com remuneração variável baseada em royalties de emissão da Companhia identificados como "Títulos PortFin". Para mais informações sobre os Títulos PortFin, vide item 18.5 e item 18.9 deste Formulário de Referência. Até 31 de dezembro de 2019, não foram impostas à Companhia quaisquer outras restrições relativas à distribuição de dividendos, seja por meio de imposição legal e/ou regulamentar, seja em função de contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais das quais a Companhia seja parte.

Até 31 de dezembro de 2020 foi imposta a Companhia a restrição de distribuição de dividendos a seus acionistas enquanto houver royalties devidos e não pagos nos termos da escritura de emissão dos valores mobiliários com remuneração variável baseada em royalties de emissão da Companhia identificados como "Títulos PortFin". Para mais informações sobre os Títulos PortFin, vide item 18.5 e item 18.9 deste Formulário de Referência. Até 31 de dezembro de 2020, não foram impostas à Companhia quaisquer outras restrições

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

relativas à distribuição de dividendos, seja por meio de imposição legal e/ou regulamentar, seja em função de contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais das quais a Companhia seja parte.

- (e) **Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Não há uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.



### **3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2020</b>	54.177.789,00	Índice de Endividamento	446,00000000	

**3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações**

<b>Exercício social (31/12/2020)</b>							
<b>Tipo de Obrigação</b>	<b>Tipo de Garantia</b>	<b>Descrever outras garantias ou privilégios</b>	<b>Inferior a um ano</b>	<b>Um a três anos</b>	<b>Três a cinco anos</b>	<b>Superior a cinco anos</b>	<b>Total</b>
Títulos de dívida	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	54.119.525,00	54.119.525,00
<b>Total</b>			0,00	0,00	0,00	54.119.525,00	54.119.525,00
<b>Observação</b>							

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**

Não existem outras informações relevantes que não estejam descritas nesse Formulário de Referência.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

### (a) com relação à Companhia:

Os investimentos da Companhia são concentrados em Títulos Port11, o que poderá afetar adversamente o resultado econômico-financeiro e a capacidade de pagamento da Companhia.

Os investimentos da Companhia estão concentrados em títulos de remuneração variável baseada em royalties de emissão de sua controladora Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste”) denominados Port11 (“Títulos Port11”).

Assim sendo, os resultados econômico-financeiros e a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras dependem principalmente dos royalties recebidos em razão de tais Títulos Port11, os quais são decorrentes da operação pela Porto Sudeste do terminal portuário privado dedicado à movimentação de graneis sólidos, especialmente minério de ferro, localizado na Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro (“Terminal Portuário”).

A Companhia não pode assegurar que a Porto Sudeste será capaz de pagar os royalties devidos em razão dos Títulos Port11. Nesse sentido, caso a Porto Sudeste não seja capaz de pagar referidos royalties, o não recebimento de tais recursos pela Companhia poderá causar um efeito material adverso no resultado econômico-financeiro e na capacidade de pagamento da Companhia.

A dependência dos resultados das empresas investidas e da capacidade de alienar tais investimentos em condições favoráveis poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é uma sociedade de participações (holding) cujo objeto social abrange o investimento em sociedades e em fundos de investimento em participações em infraestrutura (“Fundos”) que tenham por objeto o investimento em projetos nos setores portuário, de logística e afins, todos constituídos no Brasil, sendo que a Companhia pode, ainda, deter títulos e valores mobiliários de sociedades, nacionais ou estrangeiras, e Fundos que tenham por objeto o investimento em projetos nos setores portuários, de logística e afins. Atualmente, a totalidade dos recursos da Companhia se encontra investida em Títulos Port11. Dessa forma, a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras depende dos royalties recebidos em razão de tais Títulos Port11, dos dividendos e juros sobre capital próprio eventualmente pagos por sociedades e/ou por Fundos nos quais a Companhia venha a investir, da remuneração que venha a ser eventualmente recebida em razão dos investimentos em títulos e valores mobiliários que a Companhia possa realizar e também da capacidade da Companhia de alienar, quando necessário, os investimentos de sua carteira.

Caso os royalties recebidos em razão dos Títulos Port11 (ou caso a remuneração ou os dividendos e juros sobre capital próprio eventualmente recebidos pela Companhia) não sejam suficientes, por qualquer razão, para prover a Companhia com os recursos necessários aos pagamentos de suas obrigações financeiras, e caso a capacidade da Companhia de alienar seus investimentos em condições favoráveis seja negativamente afetada por oscilações de mercado ou por ausências de liquidez momentâneas, a Companhia não disporá de tais fontes de recursos e poderá sofrer um impacto relevante adverso em sua situação econômico-financeira.

Decisões judiciais desfavoráveis podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode vir a ser parte em processos de natureza cível, trabalhista, previdenciária ou tributária iniciados ocasionalmente como resultado do curso normal de seus negócios. Na hipótese de ações que venham a ser interpostas darem causa a decisões judiciais desfavoráveis à Companhia em processos que representem improcedência avaliada como possível ou remota, os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

### (b) com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

Os acionistas controladores indiretos da Companhia podem ter interesses conflitantes com os interesses dos demais investidores em valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os acionistas controladores indiretos da Companhia podem ter interesses que sejam divergentes dos demais investidores em valores mobiliários de emissão da Companhia. Considerando a data base de 31 de dezembro de 2020, a Companhia é uma subsidiária integral da Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste”), a qual é controlada pelo PSA Fundo de Investimento em Participações (“PSA FIP”), detentor de

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

99,26% do capital social da Companhia, de forma que o PSA FIP possui o controle indireto sobre a Companhia. O PSA FIP, por sua vez, possui controle compartilhado entre IWL (Holdings) Luxembourg S.à.r.l (“IWL”) e EAV Lux 2 S.à.r.l. (“EAV LUX 2”), na proporção de 50,00% para cada. O capital social da IWL é totalmente detido indiretamente pela Trafigura Beheer B.V (“Trafigura Beheer”) e o capital social da EAV LUX 2 é integralmente detido indiretamente pela Mubadala Investment Company PJSC (vide cadeia societária descrita na Seção 15.1 deste Formulário de Referência).

Dessa forma, a Porto Sudeste, diretamente, e o PSA, indiretamente, possuem poderes para aprovar as deliberações que considerarem mais adequadas para o desenvolvimento da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos, eleição dos membros da administração da Companhia, aprovar reorganizações societárias, dentre outros, o que poderá conflitar com os interesses dos demais investidores em valores mobiliários de emissão da Companhia.

### (c) com relação aos seus acionistas:

Os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Companhia deverá pagar aos acionistas, no mínimo, parcela correspondente a 25% do lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos. Em determinadas circunstâncias, contudo, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao mínimo obrigatório.

Dentre elas:

- caso o lucro líquido seja capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- caso o Conselho de Administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição é incompatível com a situação econômico-financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social; e/ou
- caso o fluxo de caixa e os lucros das controladas ou coligadas, bem como a distribuição desses lucros sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio, não ocorra, fazendo com que o dividendo obrigatório da Companhia ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Dessa forma, os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em tais circunstâncias ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

A Companhia poderá vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de novas ações, o que poderá resultar em uma diluição na participação dos atuais acionistas nas suas ações.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações. A captação de recursos por meio da emissão pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações poderá acarretar diluição da participação acionária dos então acionistas da Companhia no seu capital social caso esses não adquiram ações suficientes para manter sua proporção no capital social da Companhia.

### (d) com relação às suas controladas e coligadas:

Não aplicável uma vez que a Companhia não possui sociedades controladas ou coligadas.

### (e) com relação a seus fornecedores:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui operações. Suas poucas despesas estão relacionadas basicamente a auditoria das demonstrações financeiras e publicações.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

### **(f) com relação a seus clientes:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia é atualmente uma sociedade não operacional e não possui clientes.

### **(g) com relação aos setores de atuação:**

As sociedades e os Fundos nas quais a Companhia investirá estão sujeitas a riscos dos setores em que atuam.

Atualmente, a totalidade dos recursos da Companhia se encontra investida em Títulos Port11, cujos rendimentos decorrem diretamente da operação do Terminal Portuário pela Porto Sudeste. Assim sendo, e tendo em vista a possibilidade de a Companhia investir em sociedades e Fundos que tenham por objeto o investimento em projetos nos setores portuário, de logística e afins, a Companhia está indiretamente sujeita a diversos riscos inerentes aos setores de serviços portuários e logística, incluindo, sem limitação:

- riscos ambientais;
- disputas trabalhistas;
- mudança de políticas públicas de natureza regulatória, inclusive aquelas aplicáveis a terceiros com quem a Porto Sudeste contrate;
- falhas ou interrupções e flutuação de custos nos serviços relativos ao transporte de cargas;
- condições operacionais desfavoráveis;
- interrupções periódicas devido a condições climáticas adversas ou perigosas; e
- outros casos fortuitos ou eventos de força maior. A Companhia não tem como controlar a ocorrência de tais riscos, nem pode assegurar que a Porto Sudeste (e/ou quaisquer outras sociedades e Fundos nas quais a Companhia venha a investir) não será afetada por estes caso tais riscos venham a ocorrer. Assim, a ocorrência dos riscos indicados acima poderá afetar a situação financeira, resultados das operações e/ou fluxo de caixa da Porto Sudeste (e/ou das demais sociedades e Fundos nas quais a Companhia venha a investir) e, conseqüentemente, poderá impactar adversamente a situação econômico-financeira da Companhia.

As operações da Porto Sudeste e, conseqüentemente, da Companhia, estão sujeitas a variações em decorrência de mudanças no setor de mineração.

Atualmente, a totalidade dos recursos da Companhia se encontra investida em Títulos Port11, cujos rendimentos decorrem diretamente da operação do Terminal Portuário pela Porto Sudeste. O Terminal Portuário é um terminal portuário privado dedicado à movimentação de granéis sólidos, especialmente minério de ferro. Por este motivo, qualquer mudança no setor de minério de ferro que implique redução da quantidade de minério de ferro exportada poderá impactar as atividades e resultados de operações da Porto Sudeste de maneira significativa, provocando um efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Porto Sudeste e, conseqüentemente, da Companhia.

### **(h) com relação à regulação do setor de atuação:**

Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem causar um efeito material adverso nas atividades da Porto Sudeste e, conseqüentemente, impactar a situação econômico-financeira da Companhia.

Atualmente, a totalidade dos recursos da Companhia se encontra investida em Títulos Port11, cujos rendimentos decorrem diretamente da operação do Terminal Portuário pela Porto Sudeste, sendo que tal operação está sujeita à regulamentação ambiental. É possível que futuras mudanças nas leis, regulamentos e licenças aplicáveis ou mudanças no exercício ou na interpretação dessas leis, regulamentos e licenças ou mesmo a imposição de condicionantes e medidas ambientais demasiadamente onerosas possam ter um impacto significativo sobre uma parte ou a totalidade dos negócios da Porto Sudeste, impactando sua capacidade econômica e, conseqüentemente,



## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a situação econômico-financeira da Companhia.

**(i) com relação aos países estrangeiros onde o emissor atue:**

Não aplicável uma vez que a Companhia não atua em países estrangeiros.

**(j) com relação a questões socioambientais:**

A ocorrência de eventuais danos ambientais pode causar um efeito material adverso nas atividades da Porto Sudeste e, conseqüentemente, impactar a situação econômico-financeira da Companhia.

Atualmente, a totalidade dos recursos da Companhia se encontra investida em Títulos Port11, cujos rendimentos decorrem diretamente da operação do Terminal Portuário pela Porto Sudeste, o que pode eventualmente ocasionar acidentes que gerem danos ambientais. É possível que as atividades portuárias exercidas pela Porto Sudeste causem eventuais danos ambientais significativos nos ecossistemas presentes na região em que se localiza o Terminal Portuário, o que poderia ser objeto de autuação por parte de autoridade ambientais, bem como de eventuais ações indenizatórias perante o Judiciário. Tais conseqüências podem ter um impacto significativo sobre uma parte ou a totalidade dos negócios da Porto Sudeste, impactando sua capacidade econômica e, conseqüentemente, a situação econômico-financeira da Companhia.

**Nota COVID-19:**

A Administração da Companhia está monitorando os efeitos do novo Coronavírus (COVID-19) em seus investimentos, tendo em vista que a totalidade dos recursos da Companhia se encontra investida em Títulos Port11, cujos rendimentos decorrem diretamente da operação do Terminal Portuário pela Porto Sudeste (Vide item 4.2 “a” abaixo). Mesmo as operações portuárias da Porto sendo atividades essenciais, não é possível afirmar que não haverá impactos relevantes nos negócios da Porto Sudeste. Diante da fluidez e da celeridade do desenvolvimento da pandemia, temos notícia de que a administração da Porto Sudeste segue trabalhando na avaliação de medidas mitigatórias com o intuito de evitar impactos significativos para o negócio no curto, médio e longo prazo. Ao longo do ano de 2020 não houve impacto relevante nas operações devido às medidas tomadas pela administração da Porto Sudeste.

## 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

### **O aumento ou a manutenção de elevadas taxas de juros reais poderá causar um efeito adverso à economia brasileira e à Porto Sudeste e, conseqüentemente, à Companhia.**

Taxas de juros altas podem afetar adversamente a economia brasileira e poderão afetar negativamente os negócios da Porto Sudeste e, conseqüentemente, da Companhia. Durante o ano de 2002, o Banco Central do Brasil (“BACEN”) aumentou a taxa de juros base do Brasil, de 19% para 25%, como resultado da crescente crise econômica da Argentina, um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, como também do menor nível de crescimento da economia dos Estados Unidos da América e da incerteza econômica causada pelas eleições presidenciais brasileiras, dentre outros fatores. De forma geral, a taxa de juros de curto prazo do Brasil, em decorrência da determinação pelo BACEN, foi mantida em altos níveis nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014, as taxas de juros de curto prazo foram 10,90%, 7,14%, 9,90% e 11,65% ao ano, respectivamente. Nesse contexto, dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias ao cenário prospectivo da economia no ano de 2015, para assegurar a convergência da inflação à trajetória de metas, o BACEN decidiu elevar a taxa Selic para 14,25% ao ano na 192ª reunião do Comitê de Política Monetária (“COPOM”). O ciclo de manutenção da taxa Selic em 14,25% foi encerrado com duas reduções de 25bps nas 202ª e 203ª reuniões, reduzindo a meta da Selic para 13,75% ao final do ano de 2016 e redução da meta para 7,00% ao final do ano de 2017. Nas reuniões 212ª e 213ª foram definidas duas novas reduções de 25bps estabelecendo a meta da Selic em 6,50% para o ano de 2018 a qual permaneceu inalterada até julho de 2019, sofrendo reduções de 50bps nas: 224ª reunião, 225ª reunião, 226ª reunião e 227ª reunião, fechando o ano de 2019 com a meta de 4,50%. Para o ano de 2020, como medida de fomento à economia, novamente o BACEN decidiu por reduzir a meta da Selic em 25bps na 228ª reunião, 50bps 229ª reunião, 75bps nas: 230ª reunião e 231ª reunião e por fim 25bps 232ª reunião, estabelecendo a meta de 2,00% entre agosto e o final do ano de 2020. Os patamares de juros atuais podem ser considerados baixos quando observa-se os dados históricos.

### **Uma redução relevante na taxa de câmbio poderá causar um efeito adverso nas exportações brasileiras e à Porto Sudeste e, conseqüentemente, à Companhia.**

A taxa do dólar média anual entre 2009 e 2014 ficou em torno de 2,00 BRL/USD, enquanto em 2020 a taxa média fechou em 5,20 BRL/USD, um patamar que contribuiu para o aquecimento das exportações, principalmente aquelas relacionadas a commodities com preços cotados em Bolsa, como é o caso do minério de ferro, cuja cotação é em dólar. Uma redução relevante da taxa de câmbio, ou seja, um fortalecimento do real frente ao dólar, poderá diminuir o fluxo de exportação e, conseqüentemente, o volume do setor portuário; bem como diminuir as margens destes ativos já que parte das receitas podem ser precificadas em dólar enquanto seus custos são majoritariamente em real.

### **O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante na Companhia.**

O Governo Federal frequentemente intervém na economia do país e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. As atividades da Companhia, sua situação financeira e resultados poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- (1) taxas de juros;
- (2) flutuações cambiais;
- (3) inflação;
- (4) liquidez dos mercados financeiro e de capitais domésticos;
- (5) política fiscal;
- (6) instabilidade social e política; e

## 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

(7) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores poderá contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desta maneira, os acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e os seus resultados.

**A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá afetar adversamente a Companhia.**

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado divulgado periodicamente pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM-FGV) caiu de 7,81% em 2012 para 5,53% em 2013 e para 3,67% em 2014. No encerramento de 2015, o índice teve uma alta acumulada de 10,54%, porém voltou a cair novamente em 2016, encerrando o ano em 7,17%. No ano de 2017 o índice teve uma queda acumulada de -0,52%, voltando a subir novamente em 2018 encerrando o ano em 7,54%. Em 2019 a taxa atingiu o patamar de 7,30%. No ano de 2020 o índice teve uma forte alta, tendo, como uma das razões, a disparada do câmbio, chegando a 23,14% no ano. Isso encarece o custo dos insumos, impactando o setor produtivo e logístico. O índice anual de preços, por sua vez, conforme medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, subiu de 5,84% em 2012 para 5,91% em 2013, para 6,41% em 2014 e para 10,67% em 2015. Em 2016, o IPCA voltou a cair, encerrando o ano em 6,29% que seguindo a forte tendência de queda atingiu 2,95% em 2017. Neste momento então retomou um ciclo de alta chegando em 3,75% ao final de 2018. Em 2019 a taxa voltou a subir, chegando a 4,31%. Já em 2020 mantendo a tendência do mercado, o IPCA chegou a 4,52%.

A inflação, as medidas governamentais para controlar a inflação e a especulação relativa a possíveis medidas com relação à inflação poderão também contribuir significativamente para as incertezas acerca da economia brasileira e diminuir a confiança dos investidores no Brasil, afetando adversamente a capacidade da Companhia de acesso às fontes de financiamento, incluindo os mercados de capitais internacionais. Eventuais ações futuras do Governo Federal, incluindo a manutenção de taxas de juros em patamares mais baixos, intervenção no mercado cambial e ações para ajustar ou fixar o valor do real, poderão aumentar a inflação e afetar adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo, bem como a Companhia.

**Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos da América, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia.**

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes níveis, pelas condições econômicas e de mercado existentes em outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos da América. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países poderá causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado

## 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos da América no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

O fluxo de exportação brasileiro depende relevantemente da economia chinesa, o que afeta indiretamente o setor portuário, podendo causar oscilações em títulos que tenham relação com esse setor. Ou seja, uma possível redução da atividade econômica chinesa é um risco a ser considerado.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia, além de dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

As desvalorizações do Real com relação ao dólar norte-americano poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

**Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.**

O Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária incidente sobre determinados setores econômicos, bem como sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar a Companhia a novos recolhimentos não previstos inicialmente, o que poderá afetar negativamente o resultado de suas operações.

#### **4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não era parte em quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais relevantes.

#### **4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

#### **4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não era parte em quaisquer processos sigilosos relevantes.

#### **4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos**

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não era parte em quaisquer processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estivessem sob sigilo e que em conjunto fossem relevantes.



#### **4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes**

Não aplicável. Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

#### **4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante**

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que a Companhia não é sociedade estrangeira.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

**(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as práticas adotadas para corrigi-las**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**(b) as estruturas organizacionais envolvidas**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício de auditoria independente**

Os relatórios dos auditores independentes não contêm identificação de deficiências ou recomendações que mereçam destaque.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme indicado no item acima, os relatórios dos auditores independentes não contêm identificação de deficiências ou recomendações relevantes. A administração também entende que não há deficiências em seus controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras. De qualquer forma, a Companhia busca aprimorar continuamente os seus controles internos, que são monitorados regularmente pela auditoria interna.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil de riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas adaptadas.**

As políticas e regras são reavaliadas anualmente após as conclusões de auditorias internas e monitoramento periódico.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgão do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independências de seus dirigentes, se existentes;**

A Companhia dispõe de uma área de Governança Riscos e Conformidade com reporte administrativo ao CEO e reporte funcional ao comitê externo formado por representantes dos acionistas a qual é responsável pelos procedimentos internos de integridade, tendo como principais atribuições a realização de auditorias internas, o mapeamento de processos e riscos, realização de treinamentos e o recebimento de denúncias ou dúvidas. Tendo em vista o disposto no item “a”, após a revisão anual das políticas e procedimentos da acionista, Porto Sudeste, o Conselho de Administração será o responsável final tanto pela aprovação

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados.**

O Código de Conduta aplica-se ao público interno e externo da Companhia, e suas disposições são incluídas em contratos com terceiros.

**• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.**

O Código de Ética da Companhia determina a realização de treinamentos anualmente.

**•as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.**

As sanções são pautadas na Política de Medidas Disciplinares sob responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos, conforme disposto no Código de Conduta da Porto Sudeste.

**•órgão que aprovou o código, data de aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da acionista em 26 de fevereiro de 2019

**(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Atualmente, utiliza-se como canal de denúncia o telefone 0800 713 00 66.

**(i) se o canal é interno ou está a cargo de terceiros;**

É um canal que é gerido pelo setor de Governança, Risco e *Compliance* (GRC) que, por sua vez, contratou uma empresa terceirizada para cuidar do canal de denúncias.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**(ii) se é canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

Sim, o canal é aberto para o recebimento de denúncias do público interno e externo da Companhia.

**(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé;**

Sim, o Código de Conduta da Porto Sudeste prevê expressamente a proteção aos direitos dos informantes e das pessoas envolvidas na denúncias de boa-fé, bem como garante a confidencialidade das informações. Por meio do canal interno telefônico, é garantido o anonimato.

**(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias;**

O setor de GRC da Companhia é aquele responsável pela apuração de denúncias.

**(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando a identificação de vulnerabilidades e de risco de integridade e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;**

Utilizam-se as disposições das controladoras do Grupo e a realização de due diligences.

**(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais não adotou controles nesse sentido.**

Conforme informado no item "(a)", o Programa de Integridade da Porto Sudeste do Brasil S.A., única acionista da Companhia, foi revisado e aprovado pela Administração da Companhia no 1º semestre de 2019. Desta forma, terá aplicação no que for cabível ao perfil da Companhia, de possíveis novas regras e procedimentos."

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	16/07/2013
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	11/11/2014

## **6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico**

A Companhia foi constituída como Maracapar Participações S.A. em 16 de julho 2013. Em 14 de fevereiro de 2014, a Companhia foi adquirida pela Porto Sudeste do Brasil S.A. e teve a sua denominação social alterada para Porto Sudeste V.M. S.A. por ocasião da assembleia geral extraordinária realizada na mesma data, e em 28 de agosto de 2014 teve o seu objeto social alterado por ocasião da assembleia geral extraordinária para prever (a) a participação, direta ou indireta e em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, (i) no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista; e (ii) em fundos de investimentos em participações em infraestrutura (FIP-IE), que tenham por objeto o investimento em projetos nos setores portuário, de logística e afins; podendo, ainda, (b) deter títulos e valores mobiliários de sociedades, nacionais ou estrangeiras, e fundos de investimentos em participações em infraestrutura (FIP-IE), que tenham por objeto o investimento em projetos nos setores portuário, de logística e afins.

## **6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação**

Até 31 de dezembro de 2020, não houve pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial com relação à Companhia.

## **6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico**

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas**

A Companhia tem por objeto social (a) a participação, direta ou indireta e em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, (i) no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista; e (ii) em fundos de investimentos em participações em infraestrutura (FIP-IE), que tenham por objeto o investimento em projetos nos setores portuário, de logística e afins; podendo, ainda, (b) deter títulos e valores mobiliários de sociedades, nacionais ou estrangeiras, e fundos de investimentos em participações em infraestrutura (FIP-IE), que tenham por objeto o investimento em projetos nos setores portuário, de logística e afins.

## **7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista**

A Companhia não é sociedade de economia mista.

## **7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.



## **7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades**

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante**

Até 31 de dezembro de 2020, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.



## **8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios**

Até 31 de dezembro de 2020, não houve alterações significativas na formação de condução dos negócios da Companhia.

## **8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui controladas.

## **8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Todas as informações que a Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.**

Não existem outras informações relevantes não previstas neste Formulário de Referência.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria da Companhia acredita que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, haja vista que os lançamentos de passivo da Companhia, em especial as contas a pagar, apresentam-se em condições pari passu com os lançamentos que constituem seu ativo, em especial os créditos a receber, não havendo, portanto, variações significativas em suas condições financeiras e patrimoniais gerais para o período.

### (b) estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era formada principalmente por capital próprio, no valor de R\$121.523,00, e por aplicações financeiras em títulos de remuneração variável baseada em royalties denominados “Port11”, no valor de R\$ 54.119.525,00.

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era formada principalmente por capital próprio, no valor de R\$ 131.811,00, e por aplicações financeiras em títulos de remuneração variável baseada em royalties denominados “Port11”, no valor de R\$ 36.452.344,00.

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era formada principalmente por capital próprio, no valor de R\$ 215.173,00, e por aplicações financeiras em títulos de remuneração variável baseada em royalties denominados “Port11”, no valor de R\$37.076.079,00.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era positivo em 121.523,00, em 31 de dezembro de 2019 era positivo em 131.810,34 e em 31 de dezembro de 2018 era positivo em 215.173,01.

### (c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2020 a capacidade de pagamento da Companhia era pari passu com seus compromissos financeiros, uma vez que a dívida representada pelos Títulos PortFin, no valor de R\$ 54.119.525,00, era equivalente aos rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia em títulos Port11, também no valor de R\$54.119.525,00, não havendo, portanto, variações significativas em sua capacidade de pagamento para o período.

Em 31 de dezembro de 2019 a capacidade de pagamento da Companhia era pari passu com seus compromissos financeiros, uma vez que a dívida representada pelos Títulos PortFin, no valor de R\$ 36.452.344,00, era equivalente aos rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia em títulos Port11, também no valor de R\$36.452.344,00, não havendo, portanto, variações significativas em sua capacidade de pagamento para o período.

Em 31 de dezembro de 2018 a capacidade de pagamento da Companhia era pari passu com seus compromissos financeiros, uma vez que a dívida representada pelos Títulos PortFin, no valor de R\$37.076.079,00, era equivalente aos rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia em títulos Port11, também no valor de R\$37.076.079,00, não havendo, portanto, variações significativas em sua capacidade de pagamento para o período.

### (d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Até 31 de dezembro de 2020, a única fonte de recursos da Companhia decorria de aportes de capital na Companhia subscrito pela acionista controladora da Companhia.

### (e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Até 31 de dezembro de 2020, não há deficiência de liquidez.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

**(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía qualquer endividamento, haja vista que os pagamentos relativos aos Títulos PortFin foram classificados contabilmente como contas a pagar.

**(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Considerando o disposto no item 10.1(f) acima, este item não é aplicável.

**(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

A diretoria acredita que desde a constituição da Companhia até a presente data, não houve alterações significativas em qualquer dos itens das demonstrações financeiras da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

**(a) resultado das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

A empresa não possui receitas operacionais, uma vez que sua atividade está relacionada a participações em outras sociedades e investimentos.

**(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

**(a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui segmento operacional.

**(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui participações em outras sociedades.

**(c) eventos ou operações não usuais**

A Companhia não passou por eventos ou realizou operações não usuais que possam impactar suas demonstrações financeiras ou resultados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

## **10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

**(a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não é aplicável, tendo em vista o disposto acima.

**(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

O parecer do auditor, dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, com relação às demonstrações financeiras da Companhia não possuiu ressalvas.

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(b) natureza e o propósito da operação**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.



## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

**(a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

De acordo com as diretrizes estabelecidas por sua administração e em conformidade com seu objeto social, a Companhia está avaliando oportunidades de investimento em títulos e valores mobiliários emitidos por sociedades, nacionais ou estrangeiras, e fundos de investimentos em participações em infraestrutura (FIP-IE) que tenham por objeto o investimento em projetos nos setores portuário, de logística e afins. A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos já programados, exceto pelos Títulos Port11.

**(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Não há perspectiva de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos pela Companhia.

**(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não há novos produtos e serviços em desenvolvimento.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Todas as informações que a diretoria da Companhia considera relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste formulário de referência é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, a Companhia optou, neste momento, por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou a suas atividades.

## **11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções**

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste formulário de referência é facultativa, desde que a companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, a Companhia optou, neste momento, por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou a suas atividades.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

**(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

A administração da Companhia é exercida por um conselho de administração e uma diretoria.

Conselho de Administração: Compete ao conselho de administração: (i) eleição e destituição dos membros da diretoria, e fixação de suas atribuições, observado o disposto no estatuto social da Companhia; (ii) fiscalização da gestão dos diretores, podendo, a qualquer tempo, examinar os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos; (iii) aprovação da escolha e contratação de auditores independentes para a Companhia ou para as sociedades nas quais a Companhia detenha participação societária; (iv) distribuição, entre os membros do conselho de administração e os membros da diretoria, da remuneração global aprovada pela assembleia geral de acionistas; (v) manifestação sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; (vi) convocação da assembleia geral da Companhia quando julgar conveniente aos interesses da Companhia ou por exigência legal ou estatutária; (vii) aprovação da abertura, alteração e extinção de filiais, sucursais, agências, escritórios, representações, dependências e outros estabelecimentos em qualquer localidade no território nacional ou no exterior; (viii) apreciação e revisão anual das informações financeiras trimestrais e das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (ix) apreciação e revisão do orçamento anual da Companhia; e (x) autorização para adoção de qualquer mudança em quaisquer políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia. O conselho de administração da Companhia não possui regimento interno próprio.

Diretoria: Compete à diretoria: (i) executar os trabalhos que lhe forem determinados pelo conselho de administração; (ii) elaborar, anualmente, o relatório de administração, o demonstrativo econômico-financeiro do exercício, bem como balancetes, se solicitados pelo conselho de administração; (iii) praticar os atos necessários à consecução do objeto social, exceto com relação aos assuntos cuja deliberação incumbe ao conselho de administração ou à assembleia geral, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, inclusive no tocante às deliberações tomadas pela assembleia geral e pelo conselho de administração e às políticas e diretrizes internas aprovadas pelo conselho de administração. A diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

Conselho Fiscal: A Companhia não possui um conselho fiscal que, quando instalado, funcionará em caráter não permanente e deverá ser composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Quando instalado, o conselho fiscal terá as seguintes atribuições: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras de exercício social e sobre elas opinar; e (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam. O conselho fiscal da Companhia não possui regimento interno próprio.

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

**(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A diretoria da Companhia é composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos pelo conselho de administração da Companhia, sendo 1 (um) diretor-presidente, 1 (um) diretor financeiro que acumula o cargo diretor de relações com

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

investidores, 1 (um) diretor operacional, tendo os demais as designações que lhe forem fixadas por ocasião de sua eleição, sendo permitido cumular os cargos, nos termos do estatuto social da Companhia. O mandato dos diretores é de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Os diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

A diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo seu estatuto social, atribuída competência à assembleia geral ou ao conselho de administração. A diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais mediante convocação por quaisquer dos diretores. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

Compete ao diretor-presidente: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e gerir os negócios da Companhia; (ii) convocar e presidir as reuniões da diretoria; (iii) manter os membros da diretoria informados sobre as atividades e operações da Companhia; (iv) supervisionar e coordenar as políticas internas da Companhia, de acordo com as orientações do conselho de administração; e (v) realizar outras atividades indicadas pelo conselho de administração.

Compete ao diretor financeiro: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho, os resultados e o orçamento das diversas áreas da Companhia; (iv) revisar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (v) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia; (vi) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia; e (vii) realizar outras atividades indicadas pelo conselho de administração e/ou pelo diretor presidente.

Compete ao diretor de relações com investidores: (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), acionistas, investidores, bolsas de valores, o BACEN, e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e demais órgãos nos quais os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (iii) propor orientações e normas para as relações com os investidores da Companhia; (iv) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado informações relevantes relativas à Companhia e seus negócios, na forma exigida em lei; (v) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; e (vi) zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

Compete ao diretor operacional: (i) coordenar a implementação, estruturar, negociar e acompanhar o desenvolvimento de cada um dos empreendimentos e projetos nos quais a Companhia participe, direta ou indiretamente; e (ii) exercer outras atribuições que lhe forem definidas pelo conselho de administração, auxiliando, sempre que necessário, o diretor presidente e os demais diretores da Companhia.

**(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Item não obrigatório para emissores da categoria B

**(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração.**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.



## **12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Thiago Simeão Roldão	07/03/1979	Pertence apenas à Diretoria	03/11/2020	1 ano	1
042.632.326-23	Administrador	19 - Outros Diretores	03/11/2020	Sim	0%
Não aplicável.		Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores			
JAYME NICOLATO CORREA	19/12/1963	Pertence apenas à Diretoria	03/11/2020	1 ano	2
515.333.406-68	Engenheiro	19 - Outros Diretores	03/11/2020	Sim	0%
Não Aplicável.		Diretor Presidente			
Luis Guilherme Sodré	16/12/1970	Pertence apenas à Diretoria	03/11/2020	1 ano	5
008.496.387-55	Engenheiro	19 - Outros Diretores	03/11/2020	Sim	0%
Não aplicável.		Diretor Operacional			
Oscar Pekka Fahlgren	08/09/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	8
237.416.808-50	Empresário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	30/04/2021	Sim	100%
Não aplicável.					
Kelly Michele Thomson	12/07/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	2
000.000.000-00	Executiva	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100%
Não aplicável					
Carlos Bernardo Pons Navazo	03/03/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	4
000.000.000-00	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100%
Não aplicável.					
Julien Rolland	26/05/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	1 ano	4
000.000.000-00	Executivo	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2021	Sim	100%
Não aplicável.					
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					

---

Thiago Simeão Roldão - 042.632.326-23

Diretor financeiro e de relações com investidores da Companhia desde 3 de novembro de 2020. De junho de 2011 a dezembro de 2014, atuou como Controlling Director na Ferrous Resources, no ramo de mineração; De janeiro de 2015 a agosto de 2019, atuou como diretor financeiro da mesma empresa. Desde fevereiro de 2020 vinha atuando como diretor financeiro da Vogel Telecom, no ramo de serviços de comunicação multimídia. Tais empresas não integram o grupo econômico da Companhia e não são controladas por qualquer de seus acionistas.

O Sr. Thiago Roldão é graduado em administração pela PUC Minas.

O Sr. Thiago Roldão declarou para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu quaisquer condenações criminais ou administrativas que o impeçam de exercer cargos de administração. Adicionalmente, o administrador acima declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

---

JAYME NICOLATO CORREA - 515.333.406-68

Diretor Presidente eleito em 01 de julho de 2020. Suas experiências profissionais nos últimos anos incluem: mais 28 anos de experiência trabalhando com logística, mineração e gerenciamento de projetos. Formado em Engenharia pela PUC MG, mestre em engenharia pela UNICAMP e MBA executivo pelo INSEAD (França). Desde 2012, conduziu a segurança, a saúde e o desenvolvimento sustentável dos negócios da Ferrous para todo o pessoal e partes interessadas associadas. Atingiu zero acidentes com perda de tempo em 2015, levando 1.300 funcionários a transformar uma empresa de mineração júnior em um produtor de IO de classe mundial com produção de 6 Mtpa. Alterou o plano de negócios da Ferrous, identificando uma capacidade não utilizada na logística existente na ferrovia MRS e nos portos de Sepetiba, e também incluindo um novo BFS e um novo portfólio de produtos. Obteve todas as licenças de instalação ambiental, incluindo Autorização de Supressão de Cavernas, barragem de rejeitos, depósito de resíduos, estação de captação de água, mineração e beneficiamento para um projeto de 25 Mtpa na Mina de Viga. Implementou o novo modelo de gerenciamento operacional construído para aumentar o desempenho e estabelecer novos padrões de governança, garantindo a conformidade com todas as políticas e legislação. O Sr. Jayme Nicolato Correa declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu quaisquer condenações, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente o administrador acima declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

O Sr. Jayme Nicolato Correa declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu quaisquer condenações criminais ou administrativas que o impeçam de exercer cargos de administração. Adicionalmente, o administrador acima declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

---

Luis Guilherme Sodré - 008.496.387-55

Integra a Companhia desde o dia 04 de novembro de 2016, passou a cumular os cargos de diretor presidente e diretor operacional em 1º de junho de 2018 e desde 17/12/2018 exerce o cargo de Diretor Operacional. Suas experiências profissionais nos últimos 5 (cinco) anos incluem o exercício do cargo de Diretor Operacional dos terminais portuários da Companhia Siderúrgica Nacional situados em Itaguaí, Rio de Janeiro, TECAR – Terminal de Granéis Sólido e do Sepetiba TECON – Terminal de Contêineres, e Gerente Geral da Operacional da Prumo Logística S.A. Também ocupa o cargo de Diretor Operacional na Porto Sudeste do Brasil S.A., controladora da Companhia, desde 01 de junho de 2018. É graduado em Engenharia Mecânica pela CEFET- Rio, desde janeiro 1994, e possui MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade Federal de São Paulo - USP. O Sr. Luis Guilherme Caiado Sodré possui sólida experiência em operações portuárias, logística e atividades comerciais. Com exceção dos cargos aqui citados, não ocupa outros cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Luis Guilherme Caiado Sodré declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos não sofreu quaisquer condenações, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente o administrador acima declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

---

Oscar Pekka Fahlgren - 237.416.808-50

É membro e vice-presidente do conselho de administração da Companhia desde 28 de agosto de 2014. Suas experiências profissionais incluem: administrador presidente do escritório da Mubadala Development Company PJSC, fundo soberano do governo de Abu Dhabi e acionista indireto da Companhia ("Mubadala") no Brasil, além de supervisionar e gerenciar as atividades de investimento e gestão de ativos latino-americanos da Mubadala, que abrangem diversos setores, incluindo logística, imobiliário, mineração e mídia/entretenimento. O Sr. Oscar Pekka Fahlgren também é vice-presidente do conselho de administração do Porto Sudeste do Brasil S.A., companhia administradora do Terminal Portuário e controladora da Companhia ("Porto Sudeste"). Antes de ingressar na Mubadala, Sr. Oscar Pekka Fahlgren trabalhou nos setores de private equity, bancos e jurídico, tendo se envolvido em investimentos e gestão de ativos ao redor do mundo e em diversos setores. Exceto pelo Mubadala e pelo Porto Sudeste, tais empresas não integram o grupo econômico da Companhia e não são controladas por qualquer de seus acionistas. Exceto pelos cargos aqui mencionados, o Sr. Oscar Pekka Fahlgren não ocupa outros cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Oscar Pekka Fahlgren é um cidadão sueco e é mestre em direito pela Universidade de Uppsala, na Suécia.

O Sr. Oscar Pekka Fahlgren declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu quaisquer condenações criminais ou administrativas que o impeçam de exercer cargos de administração.

Kelly Michele Thomson - 000.000.000-00

É membra efetiva do conselho de administração da Companhia desde 13 de outubro de 2020. Suas experiências profissionais incluem: possui experiência em finanças estruturadas e mercado de capitais e atualmente ocupa a posição de chefe de finanças corporativas na Mubadala Investment Company. Ela trabalhou na IREX como program officer e em 1998 atuou como diretora de infraestrutura e financiamento de energia na Citigroup. A Sra. Kelly Thomson possui certificações pela Drew University e MBA pela University of Virginia - Darden Graduate School of Business Administration.

A Sra. Kelly Thomson declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu quaisquer condenações criminais ou administrativas que o impeçam de exercer cargos de administração. Adicionalmente, o administrador acima declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Carlos Bernardo Pons Navazo - 000.000.000-00

Membro efetivo do conselho de administração da Companhia desde 29 de outubro de 2018. Suas experiências profissionais incluem: possui 14 anos de experiência em M&A, investimentos e financiamento em mineração e recursos naturais. Ele iniciou sua carreira na Goldman Sachs e trabalhou nos escritórios de Londres e Moscou, onde esteve envolvido em inúmeras transações de fusão, aquisição e mercado de capitais. De 2010 a 2012, o Sr. Carlos trabalhou para a Volga Resources como vice-presidente de investimentos de mineração e infraestrutura executadas na Rússia e na África. O Sr. Carlos ingressou na Galena em 2013 no departamento de óleo da Glencore, onde seu foco principal era M&A ativos upstream e midstream. Atualmente, seu principal foco é executar e supervisionar investimentos na LatAm e US para Trafigura e Galena. Em 2017, atuou como co-CEO da Galena nos negócios de mineração de carvão em Wolverine, US. O Sr. Carlos é conselheiro da Mineração Morro do Ipê e da Wolverine Fuels. Com exceção às posições aqui mencionadas, o Sr. Carlos não ocupa nenhum outro cargo de administração em outras empresas ou organizações do terceiro setor. Ele possui Bacharelado em Administração de Empresas na ICADE Madrid, Espanha.

O Sr. Carlos Bernardo Pons Navazo declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu quaisquer condenações criminais ou administrativas que o impeçam de exercer os cargos de administração. Adicionalmente, o administrador acima declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Julien Rolland - 000.000.000-00

Membro efetivo do conselho de administração da Companhia desde 27 de abril de 2018. Suas experiências profissionais incluem: O Sr. Julien Rolland atualmente ocupa a posição de chefe global da divisão de carvão e minério de ferro da Trafigura Group Pte Ltd., responsável pelo comércio de minério de ferro e carvão e pelas atividades de transporte a granel dos produtos comercializados pela companhia. O Sr. Julien iniciou a sua carreira no Brasil, como engenheiro de produção, e, em 1997, assumiu uma posição na Transamine para atuar na atividade de comércio de metais e concentrados, em Paris. Em 2000, ele se transferiu para o escritório da empresa em Joanesburgo, com o projeto de iniciar as operações de trading da empresa na África Austral. Em 2006, o Sr. Julien ingressou na Trafigura, em Joanesburgo, com a missão de desenvolver as atividades comerciais e fomentar novos negócios na região, especialmente o comércio de metais não-ferrosos, mas voltado também para o desenvolvimento das operações de combustível, logística e mineração da empresa. Ele se mudou para a Suíça em 2010 para supervisionar o negócio de concentrados de chumbo e zinco, tornando-se o chefe do comércio de carvão em 2013. Na função, ele aumentou os volumes de negociação de forma consistente, até que a companhia se tornou uma das três maiores tradings de carvão do mundo.

O Sr. Julien Rolland declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não sofreu quaisquer condenações criminais ou administrativas que o impeçam de exercer os cargos de administração. Adicionalmente, o administrador acima declarou que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Thiago Simeão Roldão - 042.632.326-23	
N/A	
JAYME NICOLATO CORREA - 515.333.406-68	
N/A	
Luis Guilherme Sodré - 008.496.387-55	

N/A

---

Oscar Pekka Fahlgren - 237.416.808-50

---

N/A

---

Kelly Michele Thomson - 000.000.000-00

---

N/A

---

Carlos Bernardo Pons Navazo - 000.000.000-00

---

N/A

---

Julien Rolland - 000.000.000-00

---

N/A

## **12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração instalados.

## **12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.



## **12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm**

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração no último exercício, segue abaixo, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

## Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Nº de reuniões do Conselho de Administração realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Nº de reuniões em que cada Conselheiro compareceu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Percentual de participação em reuniões do Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (%)
Julien Rolland (Presidente do Conselho de Administração)	3 (31/03/2020; 01/07/2020; 03/11/2020).	3 (31/03/2020; 01/07/2020; 03/11/2020).	100%
Oscar Pekka Fahlgren (Vice Presidente do Conselho de Administração)	3 (31/03/2020; 01/07/2020; 03/11/2020).	3 (31/03/2020; 01/07/2020; 03/11/2020).	100%
Carlos Bernardo Pons Navazo (Membro Efetivo do Conselho de Administração)	3 (31/03/2020; 01/07/2020; 03/11/2020).	3 (31/03/2020; 01/07/2020; 03/11/2020).	100%
Kelly Michele Thomson (Membra Efetiva do Conselho de Administração)	3 (31/03/2020; 01/07/2020; 03/11/2020).	1 (03/11/2020).	100%

Com relação à periodicidade das reuniões do Conselho de Administração, a Cláusula 15 do Estatuto Social da Porto Sudeste V.M., prevê reuniões ordinárias e extraordinárias, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Adicionalmente, cumpre destacar que o Conselho de Administração é composto por 4 (quatro) membros, cujo prazo de mandato unificado é de 1 (um) ano, permitida a reeleição, todos escolhidos pela acionista.

## Diretoria

Membros da Diretoria	Nº de reuniões da Diretoria realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Nº de reuniões em que cada Diretor compareceu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Percentual de participação em Reuniões da Diretoria durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (%)
Luis Guilherme Caiado	0	0	0

**12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm**

Sodré (Diretor Operacional)			
Jayme Nicolato Correa (Diretor Presidente)	0	0	0
Thiago Semião Roldão (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores)	0	0	0
Nicolau Gaeta (Diretor sem Designação Específica)	0	0	0

Conselho Fiscal: Não há conselho fiscal instalado.

Comitês: A Companhia não possui comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração instalados.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	<p>O número total de membros de cada órgão é apurado mensalmente, com duas casas decimais, e o número de membros remunerados corresponde ao número de administradores aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, correspondendo à média anual do número de membros remunerados de cada órgão, em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SEP/nº 01/2021.</p> <p>Os administradores da Companhia expressamente renunciaram à sua remuneração, de forma que não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia.</p>			
<b>Total da remuneração</b>	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	<p>O número total de membros de cada órgão é apurado mensalmente, com duas casas decimais, e o número de membros remunerados corresponde ao número de administradores aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, correspondendo à média anual do número de membros remunerados de cada órgão, em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SEP/nº 01/2020.</p> <p>Os administradores da Companhia expressamente renunciaram à sua remuneração, de forma que não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia.</p>			
<b>Total da remuneração</b>	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	<p>O número total de membros de cada órgão é apurado mensalmente, com duas casas decimais, e o número de membros remunerados corresponde ao número de administradores aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, correspondendo à média anual do número de membros remunerados de cada órgão, em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SEP/nº 01/2017.</p> <p>Os administradores da Companhia expressamente renunciaram à sua remuneração, de forma que não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia.</p>			
<b>Total da remuneração</b>	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	3,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	<p>O número total de membros de cada órgão é apurado mensalmente, com duas casas decimais, e o número de membros remunerados corresponde ao número de administradores aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, correspondendo à média anual do número de membros remunerados de cada órgão, em atendimento ao Ofício-Circular CVM/SEP/nº 01/2017.</p> <p>Os administradores da Companhia expressamente renunciaram à sua remuneração, de forma que não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia.</p>			
<b>Total da remuneração</b>	0,00	0,00		0,00



### **13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.



### **13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**

<b>Órgão</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Diretoria Estatutária</b>	Não aplicável, uma vez que não foi distribuída remuneração aos diretores pela Companhia. A Administração da Companhia renuncia ao recebimento de remuneração.	Não aplicável, uma vez que não foi distribuída remuneração aos diretores pela Companhia. A Administração da Companhia renuncia ao recebimento de remuneração.	Não aplicável, uma vez que não foi distribuída remuneração aos diretores pela Companhia. A Administração da Companhia renuncia ao recebimento de remuneração.
<b>Conselho de Administração</b>	Não aplicável, uma vez que não foi distribuída remuneração aos conselheiros pela Companhia. Os membros do Conselho de Administração renunciam ao recebimento de remuneração.	Não aplicável, uma vez que não foi distribuída remuneração aos conselheiros pela Companhia. Os membros do Conselho de Administração renunciam ao recebimento de remuneração.	Não aplicável, uma vez que não foi distribuída remuneração aos conselheiros pela Companhia. Os membros do Conselho de Administração renunciam ao recebimento de remuneração.
<b>Conselho Fiscal</b>	Não aplicável, uma vez que não há conselho fiscal instalado.	Não aplicável, uma vez que não há conselho fiscal instalado.	Não aplicável, uma vez que não há conselho fiscal instalado.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada****Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores Diretos e Indiretos</b>	<b>0,00</b>	4.642.869,82	N/A	4.642.869,82
<b>Sociedades Sob Controle Comum</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Controladas</b>	N/A	N/A	N/A	N/A

**Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2019**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores Diretos e Indiretos</b>	<b>0,00</b>	4.619.086,03	N/A	4.619.086,03
<b>Sociedades Sob Controle Comum</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Controladas</b>	N/A	N/A	N/A	N/A

**Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores Diretos e Indiretos</b>	<b>0,00</b>	2.450.713,80	N/A	2.450.713,80
<b>Sociedades Sob Controle Comum</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Controladas</b>	N/A	N/A	N/A	N/A

### **13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração**

Todas as informações que a Companhia considera relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.



## **14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos**

Todas as informações que a Companhia considera relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Porto Sudeste do Brasil S.A.</b>						
08.310.839/0001-38	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/04/2019		
5.333.330.970	100,000	0	0,000	5.333.330.970	100,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
5.333.330.970	100,000	0	0,000	5.333.330.970	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Porto Sudeste do Brasil S.A.</b>				<b>08.310.839/0001-38</b>		
<b>Gaboard Participações Ltda.</b>						
19.351.103/0001-24	Brasileira-RJ	Sim	Sim	29/04/2019		
876.275	0,090	0	0,000	876.275	0,090	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Porto Sudeste Participações S.A.</b>						
18.494.516/0001-03	Brasileira-RJ	Sim	Sim	29/04/2019		
6.336.766	0,650	0	0,000	6.336.766	0,650	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>PSA Fundo de Investimento em Participações</b>						
18.635.418/0001-30	Brasileira-RJ	Sim	Sim	29/04/2019		
974.268.518	99,260	0	0,000	974.268.518	99,260	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Porto Sudeste do Brasil S.A.				08.310.839/0001-38		
<b>TOTAL</b>						
981.481.559	100,000	0	0,000	981.481.559	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>PSA Fundo de Investimento em Participações</b>				<b>18.635.418/0001-30</b>		
<b>EAV Lux 2 S.À.R.L.</b>						
	Luxemburgo	Não	Sim	26/02/2014		
4.658.140.068	50,000	0	0,000	4.658.140.068	50,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>IWL (Holdings) Luxembourg S.À.R.L.</b>						
	Luxemburgo	Não	Sim	26/02/2014		
4.658.140.068	50,000	0	0,000	4.658.140.068	50,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
9.316.280.136	100,000	0	0,000	9.316.280.136	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Gaboard Participações Ltda.				19.351.103/0001-24		
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	



**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Porto Sudeste Participações S.A.				18.494.516/0001-03		
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>EAV Lux 2 S.À.R.L.</b>						
<b>Douro International Finance S.A.R.L Duplex</b>						
	Luxemburgo	Não	Sim	27/01/2014		
25.000	100,000	0	0,000	25.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
25.000	100,000	0	0,000	25.000	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>IWL (Holdings) Luxembourg S.À.R.L.</b>						
<b>Impala Holdings Limited</b>						
	República de Malta	Não	Sim	30/09/2013		
21.912	100,000	0	0,000	21.912	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
21.912	100,000	0	0,000	21.912	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Douro International Finance S.A.R.L Duplex</b>						
<b>Fifty Seventh Investment Company LLC</b>						
	Emirados Árabes Unidos	Não	Sim	06/12/2016		
15.063	100,000	0	0,000	15.063	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
15.063	100,000	0	0,000	15.063	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Impala Holdings Limited</b>						
<b>OUTROS</b>						
1	0,050	0	0,000	1	0,050	
<b>TOTAL</b>						
2.000	100,000	0	0,000	2.000	100,000	
<b>Trafigura Holding GmbH</b>						
	Países Baixos	Não	Sim	22/07/2019		
1.999	99,950	0	0,000	1.999	99,950	
<b>Classe Ação</b>						
	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Fifty Seventh Investment Company LLC</b>						
<b>Mamoura Diversified Global Holding PJSC</b>						
	Emirados Árabes Unidos	Não	Sim	16/05/2016		
149	99,330	0	0,000	149	99,330	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
1	0,670	0	0,000	1	0,670	
TOTAL						
150	100,000	0	0,000	150	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Trafigura Holding GmbH</b>						
<b>Cortes Holding S.A.R.L.</b>						
		Não	Sim	17/09/2015		
200	100,000	0	0,000	200	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
200	100,000	0	0,000	200	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Cortes Holding S.A.R.L.</b>						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Cortes Investments S.À.R.L.</b>						
	Países Baixos	Não	Sim	11/12/2019		
30.234.168	100,000	0	0,000	30.234.168	100,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
30.234.168	100,000	0	0,000	30.234.168	100,000	



**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Mamoura Diversified Global Holding PJSC</b>						
<b>Mubadala Investment Company PJSC</b>						
	Emirados Árabes Unidos	Não	Sim	01/06/2021		
28.600.000.000	100,000	0	0,000	28.600.000.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
28.600.000.000	100,000	0	0,000	28.600.000.000	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Cortes Investments S.À.R.L.</b>						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
320.030.000	100,000	0	0,000	320.030.000	100,000	
<b>Trafigura Holdings Pte Ltd</b>						
	Países Baixos	Não	Sim	17/12/2018		
320.030.000	100,000	0	0,000	320.030.000	100,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Mubadala Investment Company PJSC</b>						
<b>Governo de Abu Dhabi</b>						
	Emirados Árabes Unidos	Não	Não	15/03/2017		
41.457.250	100,000	0	0,000	41.457.250	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
41.457.250	100,000	0	0,000	41.457.250	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Trafigura Holdings Pte Ltd</b>						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
2.820.442.404	100,000	0	0,000	2.820.442.404	100,000	
<b>Trafigura Group PTE. LTD.</b>						
	Países Baixos	Não	Sim	30/09/2016		
2.820.442.404	100,000	0	0,000	2.820.442.404	100,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

**15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital**

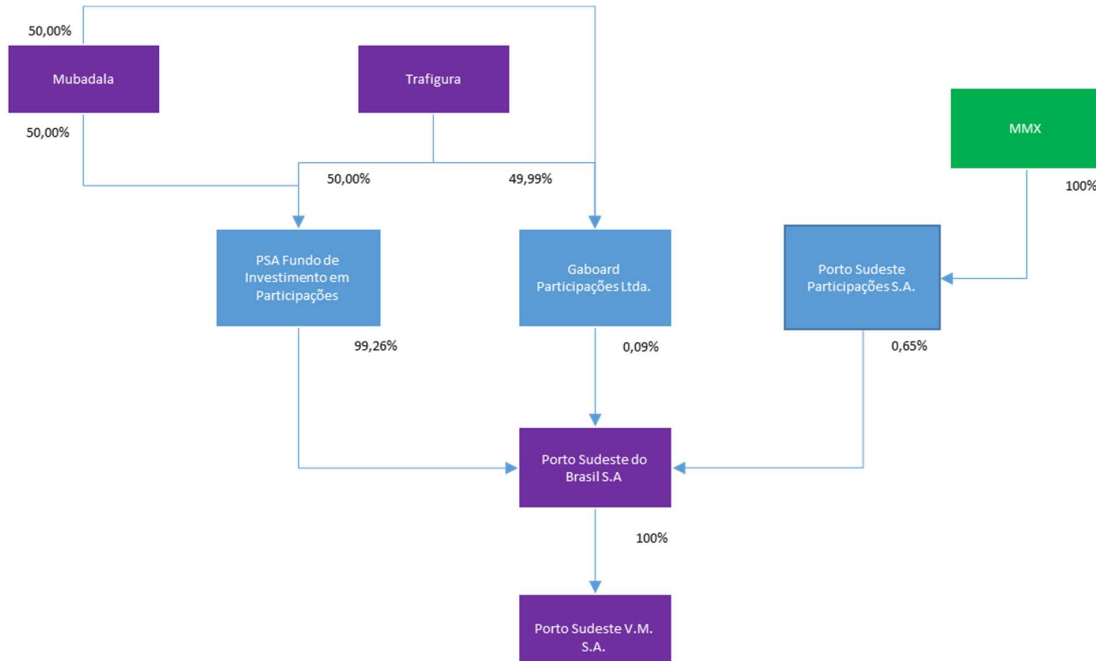
<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	30/04/2021
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	0

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Preferencial Classe A</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	0	0,000%

### 15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## **15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.



**15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**

Evento 1	Aquisição da Companhia
Principais condições do negócio	A Porto Sudeste do Brasil S.A. adquiriu dos Srs. Luiz Antônio da Silva Graça e José Carlos de Oliveira a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, pelo valor de R\$ 1.000,00 em 14.02.2014
Sociedades envolvidas	Porto Sudeste do Brasil S.A. e os Srs. Luiz Antônio da Silva Graça e José Carlos de Oliveira.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	A Companhia tornou-se subsidiária integral da Porto Sudeste do Brasil S.A.
Quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação, os Srs. Luiz Antonio da Silva Graça e José Carlos de Oliveira eram titulares, cada um, de 50% do capital social da Companhia.  Em decorrência da operação, a Porto Sudeste do Brasil S.A. passou a ser titular de 100% das ações representativas do capital social da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A proposta de aquisição de ações da Companhia foi apresentada a ambos os seus antigos acionistas.

Evento 2	Aquisição de Títulos Port11
Principais condições do negócio	A Companhia se tornou titular de títulos de remuneração variável baseada em royalties de emissão da Porto Sudeste do Brasil S.A. denominados "Port11" ("Títulos Port11"), mediante a subscrição, pela MMX Mineração e Metálicos S.A., de títulos PortFin de emissão da Companhia e sua efetiva integralização com Títulos Port11 em 14.02.2015.  Em 24 de novembro de 2016, foi efetuada a transferência de 8.351.200 títulos de royalties através de permuta de títulos Port11 por PSVM11. Esses títulos foram transferidos para o FIP-IE Porto Sudeste Royalties. Após essa transferência a Companhia passou a deter um total de 4.188.602 títulos.
Sociedades envolvidas	Porto Sudeste do Brasil S.A. e MMX Mineração e Metálicos S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	O investimento em Títulos Port11 não altera o quadro acionário da Companhia.  Por outro lado, em decorrência da operação, os Títulos Port11 passam a lastrear o pagamento de royalties devidos pela Companhia sob os Títulos PortFin de sua emissão. Para mais informações sobre os Títulos PortFin, vide seção 18.5 deste Formulário de Referência.
Quadro societário antes e depois da operação	O quadro societário da Companhia não foi afetado, de forma que a Porto Sudeste do Brasil S.A. permaneceu como única acionista da Companhia.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, haja vista que a Companhia é subsidiária integral da Porto Sudeste do Brasil S.A.

## **15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico**

Todas as informações que a Companhia considera relevantes sobre o controle da Companhia foram informadas nos itens acima.

## **16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há transação com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, deva ser divulgada nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade**

**(a) medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Não aplicável, considerando a informação constante no item 16.2.

**(b) caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Não aplicável, considerando a informação constante no item 16.2.

## **16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas**

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 16 deste Formulário de Referência.

**17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
28/12/2020	1.676.040,10	N/A	5.333.330.970	0	5.333.330.970
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
28/12/2020	1.676.040,10	N/A	5.333.330.970	0	5.333.330.970
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
28/12/2020	1.676.040,10		5.333.330.970	0	5.333.330.970
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
28/02/2019	1.276.040,10	N/A	4.060.490.071	0	4.060.490.071
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
28/02/2019	1.276.040,10	N/A	4.060.490.071	0	4.060.490.071
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
28/02/2019	1.276.040,10		4.060.490.071	0	4.060.490.071
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
28/04/2017	606.040,10	N/A	6.051.401	0	6.051.401
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
28/04/2017	606.040,10	N/A	6.051.401	0	6.051.401
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
28/04/2017	606.040,10		6.051.401	0	6.051.401
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
16/07/2013	1.000,00	N/A	1.000	0	1.000
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				

16/07/2013	1.000,00	N/A	1.000	0	1.000
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
16/07/2013	100,00		1.000	0	1.000



## **17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social**

Todas as informações que a Companhia considera relevantes sobre o capital social da Companhia foram informadas nos itens acima.

## **18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

**18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Títulos de investimento coletivo, com remuneração variável baseada em royalties (títulos PortFin)
<b>Data de emissão</b>	30/12/2014
<b>Quantidade</b>	4.188.602
<b>Valor total</b>	54.119.525,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	54.119.525,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	(i) Vencimento: os Portfin vencerão apenas na hipótese de ocorrência de um evento de inadimplemento (conforme descrito no item "Outras Características Relevantes" desta seção 18.5), mediante o pagamento do valor econômico dos PortFin acrescido dos royalties devidos e não pagos até a data de vencimento; (ii) Remuneração: os PortFin farão jus, a partir de 1º de janeiro de 2013, a uma remuneração variável trimestral, observados os termos e limites previstos na escritura; (iii) Garantia: espécie quirografária, não possuindo quaisquer garantias ou preferências; (iv) Restrições: enquanto houver royalties devidos e não pagos, a Companhia não poderá realizar a distribuição de dividendos a seus acionistas. Não há quaisquer restrições com relação à alienação de ativos, contratação de dívidas ou emissão de novos valores mobiliários; (v) Agente Fiduciário: não há; (vi) Resgate antecipado obrigatório: não há.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	As deliberações tomadas na Assembleia Geral dos detentores de PortFin dependerão de aprovação de detentores de PortFin que representem, no mínimo, 75% dos PortFin emitidos. As alterações relativas aos royalties, vencimento, quórum para deliberações de Assembleia Geral dos Detentores de PortFin ou evento de inadimplemento deverão ser aprovados por detentores de PortFin representando ao menos 90% dos PortFin emitidos.
<b>Outras características relevantes</b>	(a) Evento de inadimplemento: (i) pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei; (ii) o inadimplemento da obrigação de pagar royalties quando houver caixa disponível para royalties ou caixa livre disponível, conforme o caso, em uma certa data de pagamento dos royalties que não seja sanado pela Companhia dentro de um período de 11 meses, nos termos da escritura; (iii) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia (exceto conforme previsto na escritura); e (iv) transformação da Companhia em sociedade limitada. (b) Instituição Depositária e agente escriturador: Itaú Corretora de Valores S.A.



**18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Pessoas Físicas</b>	<b>Pessoas Jurídicas</b>	<b>Investidores Institucionais</b>
Título de Investimento Coletivo	0	4	0

## **18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil**

Os Títulos PortFin estão disponíveis para a negociação no mercado secundário no Brasil, no mercado de bolsa administrado pela B3, sob o código PSVM11.

## **18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## **18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não há valores mobiliários da Companhia emitidos no exterior.

## 18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Foi realizada pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”) uma oferta pública de distribuição secundária de títulos PortFin de sua titularidade, com a intermediação da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM 400 (“Oferta Secundária”). A Oferta Secundária foi destinada exclusivamente aos titulares dos valores mobiliários admitidos à negociação na BM&FBOVESPA sob código de negociação “MMXM11” (“Títulos MMXM11”) que não fossem considerados investidores qualificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“Instrução CVM 409”), e/ou que não pudessem adquirir quotas de fundos de investimento em participações por estarem sujeitos a restrições de natureza legal, técnica e/ou regulatória, fossem eles investidores de varejo ou não, residentes ou não no Brasil (“Investidores da Oferta Secundária”). A liquidação da Oferta Secundária ocorreu exclusivamente por meio da permuta por Títulos MMXM11, observada a razão de permuta de 1 (um) título PortFin por 1 (um) Título MMXM11, não havendo possibilidade de pagamento em espécie pela aquisição dos títulos PortFin pelos Investidores da Oferta Secundária, tendo sido colocados 12.539.802 (doze milhões, quinhentos e trinta e nove mil e oitocentos e dois) títulos PortFin, no montante total indicativo de R\$ 27.838.360,44 (vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e oito mil e trezentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos), sendo tal montante indicativo calculado considerando-se a cotação de fechamento dos Títulos MMXM11 em 11 de fevereiro de 2015, qual seja, R\$ 2,22 (dois reais e vinte e dois centavos). O anúncio de início da Oferta Secundária foi publicado em 10 de fevereiro de 2015 e o respectivo anúncio de encerramento foi publicado em 5 de março de 2015. As principais características dos títulos PortFin estão descritas no item 18.5 deste Formulário de Referência.

Em 24 de novembro de 2016, foi efetuada a transferência de 8.351.200 títulos de royalties através de permuta de títulos Port11 por PSVM11. Esses títulos foram transferidos para o FIP-IE Porto Sudeste Royalties. Após essa transferência a Companhia passou a deter um total de 4.188.602 títulos.

Até 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas ofertas públicas de distribuição por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

## **18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## 18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

### Títulos PortFin

Os títulos PortFin, cujas principais características estão descritas na Seção 18.5 deste Formulário de Referência, foram emitidos pela Companhia nos termos da “Escritura Particular de Emissão de Valores Mobiliários de Remuneração Variável” datada de 30 de dezembro de 2014 (“Escritura de PortFin”). Tal emissão foi realizada de forma a permitir que a Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste”), controladora da Companhia e proprietária do terminal portuário para a movimentação e transporte de minério de ferro localizado na Cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro (“Terminal Portuário”), assumisse as obrigações de emissora da MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”) com relação aos valores mobiliários de remuneração variável baseada em royalties decorrentes do Terminal Portuário admitidos à negociação na BM&FBOVESPA sob código de negociação MMXM11 (“Títulos MMXM11”), tudo no âmbito de operação concluída em fevereiro de 2014 para investimento conjunto da Trafigura Pte. Ltd. e Mubadala Development Company PJSC, em conjunto com a MMX, por meio de suas respectivas afiliadas, na Porto Sudeste (“Transação”).

Inicialmente, foram emitidos 983.407.010 (novecentos e oitenta e três milhões, quatrocentos e sete mil e dez) títulos PortFin, os quais foram subscritos pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”), pelo valor nominal total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), tendo sido integralizados 12.539.802 (doze milhões, quinhentos e trinta e nove mil e oitocentos e dois) títulos PortFin. A quantidade de títulos PortFin integralizada foi diretamente relacionada à adesão dos detentores de Títulos MMXM11 à Oferta Secundária (conforme definido abaixo). Os títulos PortFin não integralizados pela MMX foram cancelados pela Companhia, nos termos da Escritura de PortFin.

A integralização dos títulos PortFin foi realizada pela MMX mediante a entrega de valores mobiliários de remuneração variável baseada em royalties decorrentes do Terminal Portuário de emissão da Paderborn RJ Participações S.A., sociedade incorporada pela Porto Sudeste (“Títulos Port11”) e de titularidade da MMX. Tais Títulos Port11 foram emitidos substancialmente nos mesmos termos e condições dos Títulos MMXM11, também de forma a permitir que a Porto Sudeste assumisse as obrigações da MMX relativas aos Títulos MMXM11, no âmbito da Transação.

Visando a permitir que os detentores dos Títulos MMXM11 pudessem investir indiretamente em Títulos Port11 e, assim, estar diretamente vinculados à Porto Sudeste e correr somente o risco dos negócios conduzidos por esta no âmbito do Terminal Portuário, dentre outras providências, foi realizada pela MMX uma oferta pública de distribuição secundária dos títulos PortFin, destinada exclusivamente aos detentores dos Títulos MMXM11 que não fossem considerados investidores qualificados nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409 e/ou que não pudessem adquirir quotas de fundos de investimento em participações por estarem sujeitos a restrições de natureza legal, técnica e/ou regulatória, fossem eles investidores de varejo ou não, residentes ou não no Brasil (“Oferta Secundária”). A liquidação da Oferta Secundária ocorreu exclusivamente por meio da permuta por Títulos MMXM11, observada a razão de permuta de 1 (um) título PortFin por 1 (um) Título MMXM11, tendo sido colocados 12.539.802 (doze milhões, quinhentos e trinta e nove mil e oitocentos e dois) títulos PortFin, no montante total indicativo de R\$ 27.838.360,44 (vinte e sete milhões, oitocentos e trinta e oito mil e trezentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos). Tal montante indicativo foi calculado considerando-se a cotação de fechamento dos Títulos MMXM11 em 11 de fevereiro de 2015, qual seja, R\$ 2,22 (dois reais e vinte e dois centavos). Para maiores informações sobre a Oferta Secundária de PortFin, vide Seção 18.8 deste Formulário de Referência.

Em 24 de novembro de 2016, foi efetuada a transferência de 8.351.200 títulos de royalties através de permuta de títulos Port11 por PSVM11. Esses títulos foram transferidos para o FIP-IE Porto Sudeste Royalties. Após essa transferência a Companhia passou a deter um total de 4.188.602 títulos.



## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Não existem outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

## **20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação**

Não existem outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

## **21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.

## **21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não obrigatório para emissores da categoria B.



## **21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação**

Não existem outras informações consideradas relevantes pela Companhia.